

Antônio de Pádua Ribeiro

Reflexões Jurídicas

Palestras, Artigos & Discursos

Brasília – 2000



BRASÍLIA JURÍDICA

Solenidade de Instalação de Quatro Varas Federais na Seção Judiciária do Estado do Ceará

Destina-se esta solenidade à instalação de quatro Varas de Execução Fiscal na Seção Judiciária deste Estado em cumprimento à Lei nº 9.788, deste ano.

Há muito vinha sustentando ser indispensável a colaboração entre os Poderes do Estado, sempre de forma transparente e sob a fiscalização da sociedade, visando à realização do bem comum. Este ato, que ora acontece, comprova como este proceder pode resultar em proveito do Estado brasileiro e da população. Isso porque a lei que criou cem novas Varas Federais, cinquenta delas especializadas em execuções fiscais e causas tributárias, é resultado dessa colaboração.

Em estudo a que procedemos no Conselho da Justiça Federal, identificamos a existência de quase vinte bilhões de reais de depósitos judiciais e de aproximadamente setenta bilhões de reais para cobrança de dívida inscrita relativa a créditos tributários apenas da União Federal, sem incluir as autarquias e o INSS, por exemplo.

Apuramos, ainda, quase trinta bilhões de reais de crédito tributário em fase de inscrição. São quantias vultosas que correspondem, aproximadamente, a dez por cento do PIB. Alguma coisa precisava ser feita para resguardar o interesse

público e os superiores interesses da coletividade. Levamos os estudos a exame dos Poderes Executivo e Legislativo, mostrando que a criação das Varas propostas constituía medida relevante, o que mereceu a sua pronta acolhida. O projeto de lei de iniciativa do Superior Tribunal de Justiça foi incluído na pauta de convocação extraordinária do Congresso ocorrida em janeiro deste ano, aprovado por unanimidade pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal e, logo em seguida, sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

As Varas criadas, consideradas piloto, são compactas, leves, flexíveis, com reduzido número de servidores, sem prejuízo da eficiência que delas se espera. Consubstanciam moderna visão de como deve funcionar a Justiça Federal, isto é, de forma célere e eficiente, portanto menos morosa.

As Varas especializadas, é certo, darão uma velocidade maior aos feitos relativos às execuções fiscais. Mas não se limitam a isso, porquanto irão descongestionar as demais existentes, que se tornarão menos sobrecarregadas e poderão destinar o seu tempo a outras causas de interesse da população, especialmente às previdenciárias, que existem em grande número e interessam aos menos favorecidos da fortuna.

A medida visa, pois, melhor aparelhar a Justiça para o exercício mais eficiente da sua função precípua, que é a de tutelar a cidadania, protegendo os direitos individuais, políticos e sociais, e também de agilizar a cobrança de créditos relativos à sua competência, sem prejuízo do direito de defesa, exercendo a função exemplar para o sonegador ou mau pagador de tributos, mostrando-lhes que a sua atitude, além de perniciosa para a sociedade, não compensa. Tudo isso sem olvidar que o significativo volume de recursos arrecadados poderá trazer mais hospitais, mais escolas, mais saneamento básico, mais moradias e mais estradas para o nosso povo, e também poderá ser aplicado no aparelhamento do Poder Judiciário brasileiro.

Congratulo-me, neste momento, com o Dr. José Maria Lucena, Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com os seus ilustres pares aqui presentes, com o Dr. Napoleão Nunes Maia Filho, Diretor do Foro desta Seção Judiciária, com os Juízes Federais deste Estado, com as demais autoridades aqui presentes e com a população cearense, por este importante evento, que traduz a significação cada vez maior desta unidade federativa no conceito dos demais estados que compõem a Federação Brasileira.

Como disse o ilustre Presidente José Maria Lucena, das doze Varas destinadas ao Nordeste, quatro serão implantadas no Estado do Ceará - note-se que são Varas piloto. Esperamos que elas venham a bem funcionar, e, em breve, outras tantas possam ser instaladas por todo o Brasil.

Vejam os senhores que há um aspecto a ser considerado: são Varas que refletem um novo pensamento quanto à administração da Justiça Federal, porque prevêem poucos funcionários, que usarão mais a informatização, atenderão às peculiaridades da cobrança da dívida ativa e descongestionarão as outras Varas existentes, para agilizar o processo, principalmente, de causas de interesse da população que precisam andar com mais rapidez, como as causas previdenciárias.

Saliente-se que a Justiça tem trabalhado, e sempre tenho sustentado que deve fazê-lo em harmonia com os demais Poderes, sem desafios desnecessários. O Estado brasileiro só poderá obter solução para os seus problemas por meio da integração dos Poderes do Estado, no trabalho em conjunto com a sociedade civil. Medidas bombásticas, medidas que impliquem atritos não conduzem a nada e apenas vêm em detrimento da população brasileira. Quero ainda assinalar que a Justiça Federal não existe apenas para arrecadar tributos; essa é apenas uma das suas funções. Mas os interesses são muito vultosos: o volume de recursos é espantoso, quase cem bilhões de reais. E não é possível que tais quantias fiquem sem cobrança por deficiência do organismo estatal.

No caso da Justiça Federal, há uma peculiaridade: ela arrecada mais verbas públicas do que gasta. Nos últimos quatro anos, a média de arrecadação da Justiça Federal foi de cerca de um bilhão e cem milhões de reais, e os seus gastos montaram a cerca de setecentos milhões de reais. Portanto investir na Justiça Federal é conveniente, mesmo sob o aspecto econômico – e chamo a atenção repetindo que a Justiça não existe para cobrar tributos, mas para tutelar os direitos individuais, políticos e sociais, sendo essa a sua função precípua – porque, se em pouco tempo dobrarmos o volume arrecadado, isso virá, sem dúvida alguma, não só em benefício de todo o país, como também propiciará mais verbas para investir no Poder Judiciário. E, no mais, como bem salientou o Dr. Napoleão e também o Presidente, Dr. José Maria, é necessário fazer uma reforma no Judiciário, o qual não pode ficar apenas no texto constitucional. Ela tem de atingir também os textos infraconstitucionais. E espero que não se demore a aprovar a lei dos juizados especiais de pequenas causas na Justiça Federal. Esses Juizados, nos Estados, têm tido um grande êxito e emenda constitucional recente estendeu-os à Justiça Federal. Esperamos que, em breve, possam também ser implantados na Justiça Federal porque irão beneficiar exatamente a camada menos favorecida de recursos da população.

Portanto, congratulo-me com o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com os Juizes Federais deste Estado, inclusive com o Banco do Nordeste, que colaborou para que este ato se realizasse, os quais tiveram a sensibilidade de perceber a importância da rápida implantação dessas Varas. Esse trabalho da Justiça será em benefício do povo brasileiro. Quero, pois, congratular-me com esses eminentes Juizes que tiveram a sensibilidade de mostrar que convém trabalhar em

conjunto com os outros poderes do Estado porque, só assim agindo, os superiores interesses públicos serão protegidos e o Brasil caminhará sempre para a frente, em direção ao seu grandioso destino.

* Discurso proferido em 4 de junho de 1999 por ocasião da solenidade de instalação das 9^a, 10^a, 11^a e 12^a Varas Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará, no Centro Cultural do Banco do Nordeste.